

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Ao longo dos últimos dias foi noticiado, por vários meios de comunicação social, a interrupção do processo de reprivatização da EFACEC, uma empresa tecnológica portuguesa com décadas de atividade e uma marca indelével de inovação nacional.

Na configuração que hoje lhe conhecemos, a EFACEC foi constituída como um consórcio entre os grupos Electro-Moderna, ACEC, CUF e outros acionistas, designada então como Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas, S.A.R.L. .

Desde a sua fundação que a EFACEC se tem assumido como um dos principais produtores de tecnologia em Portugal, sendo responsável por projetos de relevo internacional, como é o caso da construção de fábricas de transformadores nos Estados Unidos, da participação na construção de sistemas de transporte urbano na Dinamarca ou da criação de sistemas de controlo de passagens de nível na Suécia.

Tais obras confirmam a enorme capacidade de inovação da empresa, bem como a sua importância como ator internacional nas indústrias de energia, mecânica, eletrónica, entre muitas outras.

Em 2015, o controlo acionista da EFACEC passou a ser detido pela *Winterfell Industries*, grupo económico detido pela empresária Isabel dos Santos. No decurso do caso judicial envolvendo a empresária, hoje geralmente conhecido, a empresa tem atravessado graves problemas de operação e solvência, apesar da evidente viabilidade do negócio demonstrada por longas décadas de atividade.

A 2 de julho de 2020, no decurso do processo supracitado, o Governo procedeu à nacionalização de uma porção de 71,73% do capital acionista da empresa, tendo sido então anunciada a intenção de reprivatização da mesma.

No decurso destas ações, foi manifestado e comunicado o interesse da empresa portuguesa DST para a compra da EFACEC, estando esta ação pendente de aprovação por parte da Comissão Europeia.

Recentemente, contudo, fomos confrontados com notícias de que a operação havia falhado, considerando a Comissão Europeia que a intervenção do Estado junto da empresa constituía um auxílio de Estado, não se verificando, por isso, as condições necessárias para a venda.

Esta interrupção no processo trouxe sobre a empresa um novo leque de dificuldades, ameaçando a viabilidade financeira e a continuidade das operações de forma regular, urgindo por isso reatar as negociações e garantir um caminho sem turbulência para a EFACEC.

Assim, as Deputadas e dos Deputados do Partido Socialista, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea e) do n.º 1 do art.º 4.º e nos termos do art.º 229º, ambos do Regimento da Assembleia da República, dirigem, através de V. Exa, as seguintes perguntas ao Senhor Ministro da Economia e do Mar:

1. Pretende o Governo avançar, a breve trecho, com uma nova ronda de negociações tendo em vista a reprivatização ou outra forma de viabilização da empresa?
2. Consegue o Governo confirmar a existência de outros potenciais interessados na compra da EFACEC, garantindo um horizonte temporal razoável para a venda?
3. Considera o Governo que estão assegurados os empregos e garantidos os direitos dos trabalhadores ao serviço da EFACEC?

Palácio de São Bento, 3 de novembro de 2022

Deputado(a)s

MIGUEL DOS SANTOS RODRIGUES(PS)

CARLOS BRÁS(PS)

CRISTINA MENDES DA SILVA(PS)

ROSÁRIO GAMBÔA(PS)

JOSÉ CARLOS BARBOSA(PS)

PAULO ARAÚJO CORREIA(PS)

MARIA JOÃO CASTRO(PS)

JOANA LIMA(PS)

CATARINA LOBO(PS)

RUI LAGE(PS)

Deputado(a)s

SOFIA ANDRADE(PS)

ANTÓNIO PEDRO FARIA(PS)

HUGO CARVALHO(PS)

CARLA SOUSA(PS)

ANA BERNARDO(PS)

PATRÍCIA FARO(PS)